



## **LEI Nº2.166/97**

***Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências.***

O Prefeito Municipal de Paracatu, Estado de Minas Gerais, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos I e III, da lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal decreta, e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento com a Caixa Econômica Federal até o valor em moeda corrente e legal de R\$1.353.708,00 (Hum milhão, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e oito reais), destinados à execução de empreendimentos integrantes do Programa de Atendimento Habitacional - **PRÓ-MORADIA** e de R\$413.890,40 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e noventa reais e quarenta centavos), destinados à execução de empreendimentos integrantes do Programa de Saneamento - **PRÓ-SANEAMENTO**.

**Art. 2º** - Para a garantia do principal e acessórios dos financiamentos pelo Município para execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas de cotas do Fundo de Participação dos Municípios e ou da cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do produto da arrecadação de outros impostos municipais, na forma da legislação em vigor, e, na hipótese de sua extinção, os fundos ou impostos que venham substituí-los, bem como na sua insuficiência, parte dos depósitos bancários, conferindo à Caixa Econômica Federal os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.



**Parágrafo Único** - Os poderes previstos neste artigo só poderão ser exercidos pela Caixa Econômica Federal na hipótese de o Município não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com a mesma.

**Art. 3º** - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Município, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para os empréstimos por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

**Art. 4º** - O Poder Executivo baixará os atos próprios para a regulamentação da presente Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Paracatu, 19 de agosto de 1997

**ALMIR PARACA**  
*Prefeito Municipal*

**REGINALDO PEREIRA MIGUEL**  
*Procurador Geral do Município*

